

Governos de Esquerda e Qualidade da Democracia: avaliando a Participação no Brasil, Chile e Venezuela

Kátia Alves Fukushima
katia_alves1981@yahoo.com.br
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Área Temática: Política Comparada

“Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciência Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015”

Governos de Esquerda e Qualidade da Democracia: avaliando a Participação no Brasil, Chile e Venezuela¹

RESUMO

O propósito deste artigo é analisar uma das dimensões de qualidade da democracia: a dimensão “Participação”, com o objetivo de avaliar se os distintos governos de esquerda – o governo de Lula no Brasil (2003-2010), de Bachelet no Chile (2006-2010) e de Chávez na Venezuela (1999-2013) – impactam na maior ou menor penetração da participação como dimensão que fortalece a democracia. Para tanto, buscamos mostrar as mudanças institucionais inseridas por esses governos, especialmente no que se refere à participação, a partir dos indicadores propostos por Levine e Molina (2007; 2011) e Diamond e Morlino (2004), quais sejam: 1) participação eleitoral; 2) participação em organizações; 3) oportunidades para votar; 4) representatividade das instituições; 5) Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas e; 6) Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas. Tais indicadores serão analisados a partir da base de dados do Latinobarómetro e do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (Internacional IDEA), bem como, de dados oficiais dos governos.

Palavras-chave: Governos de esquerda, Participação, Qualidade da democracia, América Latina

¹¹ Este artigo é parte da pesquisa em andamento, alinhada à construção da tese de doutorado da autora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGPol/UFSCar e, teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ – Brasil.

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no leque de estudos sobre os governos de esquerda na América Latina (WEYLAND, MADRID e HUNTER, 2010; SILVA, 2009; ROBERTS, 2008; PANIZZA, 2009). O foco da análise está nas administrações do governo Lula no Brasil (2003-2010), do governo Bachelet no Chile (2006-2010) e do governo Chávez na Venezuela (1999-2013). A questão central que norteia o presente trabalho é: Como os distintos governos de esquerda impactam na maior ou menor penetração da participação² nas respectivas democracias?

Definimos governos de esquerdas³, neste trabalho, com base no conceito de Bobbio (2011) e nas definições de Arditi (2009) e de Braga e Amaral (2012), a partir de dois critérios: 1) ideológico ou pelo critério da razão teórica e 2) ação política ou pelo critério da razão prática. No primeiro caso, tais governos apresentam como valor ideal a busca por “maior **igualdade**⁴ tanto no aspecto socioeconômico” quanto no “status de diferentes grupos, defendendo por exemplo, mais equidade entre gêneros e etnias” (BRAGA e AMARAL, 2012, p.3, grifo nosso). A preocupação central dos governos de esquerda está, exatamente, no aumento das desigualdades e, portanto, na luta contra esta, pela “emancipação dos homens e das mulheres” (REVELLI⁵, citado por BOBBIO, 2011, p. 184).

Es por ello que la izquierda interpela a quienes movilizan el pensamiento crítico y se embarcan en la acción colectiva para traspasar los umbrales existentes de igualdad y solidaridad. Tiene una preferencia normativa por la justicia social y la discusión crítica de asuntos públicos (ARDITI, 2009, P. 235).

No que se refere à ação política ou a razão prática, tais governos, por terem a igualdade como valor, buscam promover políticas mais inclusivas (BOBBIO, 2011). No entanto, para entender a ação política é importante se atentar para as mudanças nas identidades das agrupações “de acordo com os acertos e fracassos de seus projetos, os distintos adversários com os que devem enfrentar-se e as representações que se fazem de si mesmas” (ARDITI, 2009). No momento atual, podemos dizer que os governos de esquerda dão ao Estado papel central na reformulação da sociedade e da economia, “adotando uma postura crítica com relação à possibilidade de o mercado conseguir equacionar, sozinho, todas as demandas sociais” (BRAGA e AMARAL, 2012).

A partir desta definição, podemos afirmar que o final do século XX e início do século XXI, foi marcado pelas ascensões de líderes de esquerda e centro esquerda na América Latina, com a vitória de Chávez na Venezuela (1998), Lula no Brasil (2002), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales

² Seguindo a ideia de Urbinati (2010, p.54), a participação neste trabalho é entendida não como contraponto a representação, e sim como um “*continuum* da ação política nas democracias modernas”.

³ Esta definição também abarca as esquerdas que não estão no governo, como atores coletivos, partidos, movimentos ou grupos de interesses que se auto identificam como esquerdas e que tem como propósito “mudar o mundo” a partir dos seus valores de igualdade (ARDITI, 2009).

⁴ Vale lembrar que a igualdade a que se faz referência podem ter diferenças quanto as esquerdas e contextos específicos. Ou seja, a igualdade defendida pelos comunistas é distinta da igualdade defendida pelos sociais-democratas. Portanto, como afirma Bobbio (2011, p179) “igualdade” não significa nada se não se define “entre quem, em relação a que e com base em quais critérios”.

⁵ REVELLI, M. (1997). *La sinistra sociale. Oltre la civiltà del lavoro*. Torino: Bollati Boringhieri.

na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2006), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e, Ollanta Humala no Peru (2011). Tal cenário, chamado de “Giro à Esquerda” (CLEARY, 2006; PROGEBINSCHI, 2013) ou “Marea Rosa” (PANIZZA, 2006) tem despertado a atenção de cientistas sociais e políticos, que buscam entender os fatores que explicam estas ascensões, bem como, as diferenças desses governos de esquerda quanto as suas administrações. A proeminência do tema justifica-se quando se nota a escassez de vitórias da esquerda entre a década de 1980 e 1990. Segundo Cleary (2006, p.35), essa escassez fora interpretada como prova de que a esquerda foi limitada por transições “pactuadas”, que inclinou o campo do jogo eleitoral para a direita e pela hegemonia da economia neoliberal. Frente a esse contexto, a América Latina tem passado por mudanças relevantes, demandando “novas” formas de pensar a democracia. Tendo em vista que os governos de esquerda foram eleitos, em sua maioria, com propostas de governos mais inclusivos e participativos, nosso objetivo consiste em analisar a dimensão de participação, buscando demonstrar o impacto dos distintos governos de esquerda na maior ou menor penetração das dinâmicas participativas⁶ nas respectivas democracias. Para tanto, utilizamos os indicadores propostos por Levine e Molina (2007; 2011) e Diamond e Morlino (2004), quais sejam: 1) participação eleitoral; 2) participação em organizações; 3) oportunidades para votar; 4) representatividade das instituições; 5) Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas e; 6) Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção seguinte apresenta um breve panorama do debate sobre as ascensões dos líderes de esquerda e a distinção e classificação de seus governos pela literatura. A terceira seção apresenta a participação como dimensão da qualidade da democracia e aponta os indicadores que medem a participação nas democracias. Na quarta seção apresenta-se em perspectiva comparada o impacto dos distintos governos de esquerda (governo Lula, governo de Bachelet e governo Chávez) no que se refere ao maior ou menor grau de participação nas respectivas democracias. Em seguida tecemos as considerações finais.

II. O “giro à esquerda” e a configuração de distintos governos de esquerda

O chamado “giro à esquerda” iniciou-se ao final do século XX, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998. Mais que a esquerda, Chávez representava a ruptura com o *status quo* até então vigente. Após sua vitória, muitas outras se sucederam na região com a eleição de líderes à esquerda no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Chile, no Equador, na Nicarágua, no Paraguai, em El Salvador e no Peru. Além da ascensão desses governos, não podemos esquecer, a conquista de partidos de esquerdas como forças relevantes no cenário político em outros países como a esquerda no México que se colocou como segunda força nas eleições presidenciais de 2006 (CLEARY, 2006).

Cleary (2006, p35-36) chama a atenção para o nascer da esquerda como uma onda regional, fazendo a crítica, neste sentido, para a literatura que toma as ascensões

⁶ Seguindo a ideia de Urbinati (2010, p.54), a participação neste trabalho é entendida não como contraponto a representação, e sim como um “*continuum* da ação política nas democracias modernas”.

de líderes de esquerda como casos isolados e singulares. Segundo o autor, à esquerda nem sempre vai obter vitórias, mas a sua competitividade recém-descoberta será uma característica permanente da política eleitoral na maioria dos países latino-americanos.

Quais os fatores explicativos para o fortalecimento dessas esquerdas?

Cleary (2006, p.37) afirma que a **desigualdade econômica** endêmica em toda a América Latina foi à razão fundamental para o sucesso da esquerda nas eleições latino-americanas. Já Panizza (2009, p76) associa o crescimento político da esquerda à **crise do Consenso de Washington** entre 1997 e 2000. Os dois fatores estão relacionados, dado que é consensual que adoção de políticas econômicas⁷ atreladas ao Consenso de Washington intensificou a desigualdade na região. Podemos, então, afirmar que o contexto econômico e social constitui um dos fatores que corroborou para a ascensão dos governos de esquerda. Tal como afirma Laclau (2006) o fracasso neoliberal e a necessidade de elaborar políticas mais pragmáticas que combinasse os mecanismos de mercado com graus maiores de regulação estatal e participação social explicam o fortalecimento das forças de esquerda. O contexto econômico e social demonstra o **descontentamento das massas** com os governos até então vigente, que através de protestos ou do “voto castigo” passaram a optar por governos alternativos aos que estavam no poder.

Panizza (2009) demonstra em uma importante análise sobre a ideologia do eleitor que votou nos governos de esquerda que em quase todos os casos, a porcentagem de votos por candidatos presidenciais de esquerda foram significativamente maior que a de eleitores que se identificam como de esquerda. O autor, neste sentido, apresenta três explicações para esse paradoxo, quais sejam: a primeira explicação é o **processo de acumulação e desacumulação política na democracia**, em que a esquerda adquiriu um processo de acumulação com o seu acesso em governos municipais e estaduais (como é o caso do Partido dos Trabalhadores no Brasil, da *Frente Amplio* no Uruguai, do *Partido de la Revolución Democrática* no México e da *Frente Sandinista de Liberación Nacional* na Nicarágua). Em contrapartida, partidos de direita e centro-direita sofriam um processo de desgaste dado o tempo em que estavam no poder. A segunda explicação, é a de que o determinante para o giro a esquerda não está tanto na clivagem esquerda x direita e sim na **clivagem governo x oposição**. Já a terceira explicação está na **relação entre política e instituições**. Neste caso, Panizza cita como exemplo as eleições de Chávez na Venezuela, de Rafael Correa no Equador e de Evo Morales na Bolívia que são eleitos mais por seu caráter anti-sistêmico que por suas posições ideológicas.

Outros fatores explicativos para a ascensão das esquerdas, são apontados por Cleary (2009): **a mudança tática e gradual na abordagem da esquerda para a política eleitoral** – a trajetória da estratégia eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Brasil nos parece um caso emblemático e; **as limitações impostas pela natureza dos pactos de muitas transições latino-americanas** – podemos apontar, como exemplo, neste caso as limitações do Pacto de *Punto Fijo* na Venezuela que levou a crise do sistema partidário venezuelano e a criação de um ambiente favorável para a ascensão de Chávez ao poder executivo.

Natanson (2008), por sua vez, apresenta como fator explicativo para as ascensões da esquerda o “vazio de influência na América do Sul” [em especial no que

⁷ Tais políticas correspondiam a disciplina fiscal; reforma tributária; taxas de juros positivas, taxa de cambio de acordo com as leis de mercado; liberalização do comércio; fim das restrições aos investimentos estrangeiros; privatizações de empresas estatais e mudanças de prioridades no gasto público (ver MUNIZ BANDEIRA, 2002)

se refere a influência dos Estados Unidos que no período tinha sua atenção voltada para outras regiões], o que habilitou um espaço de autonomia inédito, favorecendo o giro à esquerda na América Latina.

Frente a tantos fatores, podemos afirmar que o giro à esquerda constituiu na resposta às questões políticas, econômicas e sociais latentes no período anterior de seus respectivos países. Ou seja, em maior ou menor grau, foi uma resposta à crise de representação política (crise do sistema de partidos, descrédito nas instituições políticas), às políticas neoliberais e a consequente crise social (desemprego, aumento da pobreza e desigualdade).

No que se refere às particularidades dos governos de esquerda, há um consenso na literatura (WEYLAND, MADRID e HUNTER, 2010; SILVA, 2009; ROBERTS, 2008; PANIZZA, 2009) sobre a existência de distintas esquerdas na América Latina. Castañeda (2006), Reid (2007), Petkoff (2005) e Mires (2008) classificam as esquerdas latino-americanas que ascenderam ao poder em social-democratas e populistas (ou autoritárias). Tais autores apresentam uma análise reducionista das esquerdas, apontando para uma esquerda boa e uma esquerda má (SILVA, 2009). Em uma perspectiva mais institucional e estrutural, Weyland, Madrid e Hunter (2010) com base nos aspectos institucionais (características organizativas dos partidos governantes; desempenho do sistema partidário; impacto das reformas pró-mercado nos anos 1980-1990 e; abundância dos recursos naturais) classificam tais esquerdas em “esquerda radical” exemplificada pelos casos da Venezuela, Bolívia e Equador, que se opunha ao modelo liberal; e “esquerda moderada” como são os casos do Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Peru⁸, que se moveram para o centro. Weyland (2009) afirma que a radicalização das esquerdas na Venezuela e Bolívia, por exemplo, se deve a bonança dos recursos naturais, o que aumenta sua margem de manobra quanto a implementação de políticas mais radicais. De fato, tais governos foram favorecidos com a bonança de seus recursos naturais (petróleo e gás natural) na implementação de suas políticas públicas. No entanto, não vemos, como um fator explicativo das distintas esquerdas. O Brasil e o Chile também foram favorecidos com o *boom* das *commodities* e, todavia, foram classificados como uma esquerda moderada.

Panizza (2006) também apresenta uma tipologia dicotômica: uma esquerda populista, da qual ele cita os exemplos de Evo Morales na Bolívia, de Chávez na Venezuela e dos Kirchner na Argentina e uma esquerda social democrata. O autor utilizou como variáveis explicativas a debilidade ou os pontos fortes das instituições; o impacto das reformas econômicas nas populações; o jogo de relações de antagonismos e diferenças com relação ao antigo “Consenso de Washington”. Todavia, Panizza (2009) afirma que esta classificação entre as esquerdas populista e social-democrata pode ser válida como ponto de partida. O autor reconhece que um dos problemas que tal divisão enfrenta é que fornece poucos critérios para compreender as diferenças internas dentro de cada categoria. Esta é a lacuna que as classificações dicotômicas enfrentam, sejam elas populista e socialdemocrata ou radical e moderada. Como Panizza exemplifica,

una característica típica del populismo es el liderazgo personalista, pero, ¿puede decirse que Evo Morales es un líder personalista de la misma manera que lo es Hugo Chávez en Venezuela? En relación con la socialdemocracia, una característica clave son sus vínculos con las organizaciones sindicales y otros movimientos sociales. Pero la relación entre Gobierno y sindicatos es muy diferente en Chile, Brasil

⁸ Ollanta Humalla, o candidato vitorioso em 2011, perdeu as eleições de 2007 quando se mostrava adepto à vertente radical e venceu em 2011 aparentemente tendo migrado para o modelo moderado.

y Uruguay; los tres gobiernos que son comúnmente considerados como ejemplos de socialdemocracia en América Latina (2009, p. 80-81).

Roberts (2008, p.87) aproxima a esquerda moderada à esquerda social democrata europeia, por combinar “a democracia representativa com a economia de mercado e iniciativas do Estado para reduzir as desigualdades e promover a cidadania social”. Já no que se refere à esquerda radical, o autor distingue a esquerda venezuelana de Chávez da esquerda boliviana de Evo Morales, classificando a primeira como esquerda radical populista e a segunda como esquerda de movimentos. Ambas, rompem com os acordos graduais cuidadosamente negociados, propondo, desta maneira, “projetos transformadores e novas formas de soberania popular”.

Lanzaro (2007) ao analisar como fatores explicativos das distintas esquerdas: 1) os padrões de competição política; 2) a fisionomia de cada sistema partidário; 3) o tipo de partido e/ou movimento que compõe o governo; 4) o estilo de liderança presidencial; 5) o formato da democracia e; 6) certas variantes na orientação das políticas públicas – conclui que há três tipos distintos de esquerda na América Latina: a esquerda “populista de novo cunho” (Chávez na Venezuela, Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia); a esquerda “nacional popular” (Kirchner na Argentina) e; a esquerda social-democrática “criolla” (Lula no Brasil, Lagos no Chile e Vázquez no Uruguai).

Sader (2009, p.154) faz uma crítica as classificações que traçam uma linha divisória na América Latina entre uma esquerda boa e uma esquerda ruim. O autor apresenta uma variável importante para avaliar as distintas esquerdas, qual seja: países que assinaram os tratados de livre comércio com os Estados Unidos e os países que privilegiaram os processos de integração regional. A partir dessa variável, o mesmo distingue os governos de esquerda em: pós-neoliberais⁹ (Chávez, Morales e Correa); os governos que flexibilizaram o modelo econômico, privilegiando a integração regional (Lula, Kirchner, Ortega e Lugo) e os governos que assinaram os tratados de livre comércio e estão atrelados às políticas norte-americanas.

Seguindo uma perspectiva próxima a de Sader, Martinez (2008) apresenta uma análise interessante ao demonstrar tendências diferenciadas dos governos latino-americanos em relação a sua proximidade ou não com o projeto neoliberal e neoconservador dominado pelos Estados Unidos. Para o autor, o grupo de países composto por Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua preconizam mudanças estruturais e se distanciam do modelo dos Estados Unidos. Já os países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, ao contrário, representam um projeto de mudanças moderadas. Todavia, o caso chileno é colocado pelo autor em um cenário especial por estar muito atado à política exterior dos Estados Unidos, inclusive na época de Bachelet, que manteve as políticas neoliberais da década de 1990.

A especificidade do caso chileno tem como um dos fatores explicativos o contexto da nova era democrática a partir da década de 1990, em que o Partido Socialista chileno juntamente com o partido de centro – a Democracia Cristiana, formaram uma coalizão eleitoral e de governo – a *Concertación para la Democracia*. Esta coalizão surgiu como estratégia política para derrotar o governo ditatorial de Pinochet e passou a governar o Chile desde a restauração democrática em 1989

⁹ O conceito de pós-neoliberais utilizado por Sader (2009, p.64) corresponde a uma “categoria descritiva que designa diferentes graus de negação do modelo, mas não ainda um novo modelo, e, ao mesmo tempo, um conjunto híbrido de forças que compõem as alianças sobre as quais se baseiam os novos projetos”.

(MOREIRA, 2006). Segundo Natanson (2009), o governo da *Concertación*, o qual se inclui o governo de Bachelet, “priorizou o crescimento econômico sobre qualquer outra variável, consciente de que uma recessão poderia abrir caminho para o retorno de Pinochet”. O fato é que com o governo Bachelet não houve mudanças.

Frente às classificações apontadas por esses autores, partimos do pressuposto que, dada as circunstâncias históricas, políticas, econômicas, sociais, culturais e institucionais específicas que os governos de esquerda encontraram, se configurou três projetos políticos distintos na América Latina: O projeto “radical” ou de “rupturas” praticado por Venezuela, Bolívia e Equador; o projeto “moderado” praticado por Brasil, Uruguai, Argentina e o Peru. E, um terceiro projeto que constitui aquele que apresentou “continuidades” às políticas neoliberais, atadas à política exterior norte-americana. Neste, destacamos Colômbia, Chile e Costa Rica. Destes três países, apenas o Chile contemplou um giro à esquerda.

Assim, buscando analisar os distintos governos de esquerda e o impacto destes no que se refere a participação, o primeiro critério foi escolher um país de cada projeto político exposto. Por se tratar de análises de governos, optamos por não abordar os casos muito recentes que ascenderam ao poder executivo, tais como, Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e Ollanta Humala no Peru (2011). O caso do Paraguai ainda tem um agravante com o retorno da direita através do golpe ocorrido em 2012 contra o presidente Lugo. Dentre os casos citados, a escolha do governo de Bachelet (2006-2010) no Chile já se explica por ser, aparentemente, o “único” caso de governo de esquerda ligado ao “projeto de continuidades”. O que torna o Chile representativo deste modelo são os enclaves autoritários que foram mantidos por um longo tempo no país ou que ainda se mantêm e a particularidade da atuação do PSCh, dentro da coalizão denominada *Concertación*, o qual, preso a certos limites programáticos, não poderia apresentar duras críticas ao modelo neoliberal, representando, segundo Silva (2009: 165), “uma inflexão à esquerda”. A escolha do governo Chávez (1999-2013) na Venezuela se deve, em primeiro lugar, ao fato de ter sido tema desenvolvido pela autora durante o mestrado e, portanto, faz jus aos maiores esforços, traduzidos em leituras, pesquisa de campo e debates acadêmicos. Outro fator que condicionou essa escolha foi o fato do Governo Chávez ter iniciado o giro a esquerda na América Latina. Eleito em um contexto de deslegitimação dos atores tradicionais e crise do sistema partidário e empreendendo uma refundação do Estado através da promulgação de uma nova carta constitucional já o torna representativo do projeto de rupturas. A escolha do governo Lula (2002-2010) no Brasil, como representante do projeto político moderado, se deve a clara trajetória de moderação do discurso e estratégias do PT, caminhando no espectro ideológico, de acordo Weyland, Madrid e Hunter (2010), para o centro.

Segundo Levitsky e Roberts (2011, p.26), os partidos de esquerda institucionalizados, como é o caso do PT no Brasil e do PS chileno (não na mesma medida), que viveram sob regimes militares e que na década de 1980 sofreram com a “crise de dívida externa”, estão mais inclinados a governar nos marcos macroeconômicos herdados (ortodoxo) e em conformidade com as regras constitucionais democráticas (democratas liberais). Já os movimentos políticos e os partidos novos que surgiram em contextos de crises democráticas e de seus sistemas partidários, assim como, de desencanto popular com respeito ao neoliberalismo, como foi o caso venezuelano, tem como tendência abandonar as políticas econômicas ortodoxas pelo estatismo ou pela heterodoxia, e a utilizar meios plebiscitários para desafiar a ordem constitucional existente.

III. A Participação como Dimensão da Qualidade da Democracia

A participação vem sendo utilizada como uma dimensão de análise por vários estudiosos da qualidade da democracia (DIAMOND e MORLINO, 2004; MORLINO, 2010; LEVINE e MOLINA, 2007; PACHANO, 2011) que trazem importante contribuição ao apresentarem a participação nas diferentes esferas e sugerirem indicadores que tornam possível mensurar a participação em diferentes países. Há um consenso, desde as análises mais procedimentais às mais substantivas, que a dimensão de participação constitui uma das condições *sine qua non* para qualquer democracia.

A maior parte da literatura de “qualidade da democracia” (ALTMAN e PÉREZ-LIÑAN, 2002) partem da noção de democracia de Robert Dahl (2005) que, embora, inclui o processo de formação dos governos e de tomada de decisões, os indicadores propostos para medir a democracia estão focalizados quase que exclusivamente no processo eleitoral (MUNCK, 2011, p.15). Nesta, a dimensão da participação é avaliada através do voto. Todavia, como aponta Levine e Molina (2007, p23), ao entender a democracia como um sistema que atende aos requisitos propostos por Dahl, a qualidade da democracia “não é um fenômeno de soma zero, em uma escala que parte das condições mínimas apontadas por Dahl para que exista democracia, indo do mínimo aceitável as melhores condições possíveis em três áreas interrelacionadas cujo funcionamento nos indica os níveis de qualidade: a decisão eleitoral, o processo de adoção de políticas públicas, e os mecanismo para exigir responsabilidade aos governantes.

Autores como Diamond e Morlino (2004); Hagopian (2005); Levine e Molina (2007) buscam estender a noção de democracia para além da Poliarquia de Dahl. Na análise de Morlino (2010), por exemplo, a qualidade da democracia é alta quando se observa:

a extensiva participação dos cidadãos, não somente votando, mas tomando parte na vida dos partidos políticos e organizações da sociedade civil, na discussão de questões de política pública, na comunicação e na cobrança de responsabilidade por parte dos representantes eleitos, na monitoração da conduta pública dos governantes e no engajamento direto com as questões públicas em sua comunidade local (MORLINO, 2010, p.37).

De acordo com Diamond e Morlino (2004), a ideia de participação apresentada acima, está intimamente relacionada com a igualdade política, isto porque, mesmo que os direitos formais de participação sejam respeitados, as desigualdades com relação aos recursos políticos podem tornar muito mais difícil para as pessoas de menor status exercer os seus direitos democráticos de participação. Logo, uma condição fundamental para uma ampla participação em uma democracia de qualidade é a ampla difusão da educação básica e alfabetização, bem como, o conhecimento político do sistema de governo, seus procedimentos, regras, questões, partidos e líderes. A ampla participação também requer um Estado de Direito, que defenda o direito e a capacidade dos grupos sociais vulneráveis de participar plenamente.

Para Levine e Molina (2011, p.9), é através da participação que os cidadãos escolhem seu governo, o controla e influencia as políticas, indiretamente ou por intermédio de representantes. “Quanto maior for a participação, maior será a probabilidade de que o governo e suas decisões sejam sensíveis a vontade do povo”. Ou seja, maior a probabilidade de um governo responsivo. Tais autores utilizam quatro

variáveis para medir a qualidade da participação: 1) participação eleitoral, 2) oportunidades para votar, 3) participação em organizações políticas e 4) representatividade das instituições. A primeira variável e a terceira indicam a intensidade da incorporação da população no processo eleitoral. Já a representatividade das instituições e oportunidades para votar correspondem à medida em que as instituições efetivamente canalizam a participação cidadã através do fornecimento de uma representação equilibrada e assegurando uma abundância de oportunidades e acessibilidade para a intervenção dos cidadãos na política, e o grau em que estas são realmente utilizadas. Diamond e Morlino (2004) também utilizam como variáveis a participação eleitoral (medida pelas taxas de comparecimento dos eleitores) e a participação em organizações políticas (partidos políticos, movimentos sociais e organizações não-governamentais). Além destas duas variáveis, os autores também incluem a frequência de comunicação com os representantes eleitos e outros titulares de cargos e a medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas.

Isto posto, apresentamos a seguir os indicadores proposto por estes autores e que utilizaremos para avaliar os distintos governos de esquerda.

Quadro 1. Indicadores de Participação como dimensão de Qualidade da Democracia

Dimensão	Variável	Indicadores
Participação Levine e Molina (2007; 2011) e Diamond e Morlino (2004)	Participação Eleitoral Participação em Organizações	- Porcentagem da população em idade de votar que vai às urnas; - Frequência com que trabalha para um candidato ou partido político.
Participação Levine e Molina (2007; 2011)	Oportunidades para votar Representatividade das Instituições	- Número de oportunidades de votação que a população há tido em um período determinado; - Proporcionalidade da representação dos partidos na cadeira legislativa; - Representação de gênero nas cadeiras legislativa
Participação Diamond e Morlino (2004)	Frequência de comunicação com os representantes eleitos e outros titulares de cargos Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas.	- Percentual dos entrevistados que já procuraram autoridade local ou do governo. - Percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política; - Interesse pela política ¹⁰

Fonte: Levine e Molina, (2007, 2011); Diamond e Morlino (2004)

A partir desses indicadores, buscamos demonstrar na seguinte seção o quanto os distintos governos de esquerda têm contribuído para a construção de democracias mais participativas, e logo, democracias de maior qualidade.

¹⁰ Os autores, no que se refere à “Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas”, utilizam como indicador a questão do Latinobarómetro que indica o percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política. Além deste indicador, propomos outro indicador: Interesse pela política.

IV. A Participação nos governos de esquerda do Brasil, Chile e Venezuela

As propostas de incluir mecanismos de participação e/ou de democracia direta não são recentes e nem são particulares dos governos de esquerda. Muitas constituições latino-americanas promulgadas entre o final da década de 1980 e ao longo da década de 1990 incluíram mecanismos, tais como plebiscito, revogação de mandato e iniciativa popular (LISSIDINI, 2011). A análise das reformas constitucionais realizada por Lissidini (2011), demonstra que a incorporação e ampliação dos mecanismos de democracia durante a década de 1990, constituiu em uma resposta institucional ao processo de democratização próprio dos países que viveram regimes autoritários (tais como o Brasil com a Constituição de 1988, o Equador com a Constituição de 1978 e o Paraguai com a Constituição de 1992). Além destes, outros países incorporaram mecanismos de participação em suas constituições, como a Colômbia (1991), o Peru (1993), a Argentina (1994) e a Bolívia (2004).

Na tabela 1 demonstramos os mecanismos de inclusão política contidos nas Constituições do Brasil, Chile e Venezuela.

Tabela 1: Mecanismos Constitucionais de inclusão política

Mecanismos de Inclusão Política	BRASIL	CHILE	VENEZUELA
Promove a Igualdade de Gênero	Não	Não	Sim (art. 88)
Estado ou Identidade Nacional/ Plural	Não	Não	Sim (art. 6)
Ordena Ações Afirmativas	Não	Não	Sim (art. 21)
Iniciativa Popular	Sim (art. 14)	Não	Sim (art. 70)
Participação Cidadã ou Controle das Políticas Públicas	Sim, em matéria de assistência, seguridade social, trabalho e saúde (arts. 10, 194, 198 y 204)	Não	-
Conselhos abertos ou populares	Não	Não	Sim (art. 70)
Referendo ou Consulta Popular	Sim (art. 14)	Sim, em matéria constitucional e municipal (arts. 5, 118 e 128)	Sim (arts. 71 e 73)
Revogação de mandatos	Não	Não	Sim (art. 72)

Fonte: PINTO y FLISFISCH, 2011

Segundo Lissidini (2011, p.69), a constituição brasileira, buscando reestruturar e democratizar o que havia sobrado do regime militar, apresenta várias seções sobre

direitos humanos e civis, inclusive sobre os direitos da população indígena. Já a constituição chilena é uma das mais restritivas da América Latina no que se refere à incorporação dos mecanismos de democracia direta e é única que tem limitações no que se refere a referendo ou consultas populares, se restringindo apenas a matéria constitucional e municipal (Tabela 1).

Como podemos observar, tanto a constituição brasileira quanto a venezuelana, ao contrário da chilena, apresentam mecanismos sobre a iniciativa popular e a participação cidadã, bem como, sobre o controle das políticas públicas. Dos casos analisados, a Constituição venezuelana é a única que apresenta a possibilidade de revogação de mandatos, um importante elemento que permite o controle do governo e dos representantes por parte do eleitorado.

Todavia, é importante ressaltar que a constituição venezuelana (1999), juntamente com a constituição do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009, se insere no contexto de ascensão das esquerdas na América Latina. Tais constituições, aprovadas por referendos, marcam um processo de rupturas com o *status quo* até então vigente nos respectivos países e a construção de uma nova hegemonia. Dentre os principais mecanismos que favorecem a participação contidos na constituição venezuelana, além da possibilidade de revogação do mandato para todos os cargos e magistraturas de eleição popular (artigo 72), encontram-se: a criação do Poder Cidadão que consiste em um controle nas mãos do cidadão para fiscalizar a administração pública (Artigos 273-291); a Criação do Poder Eleitoral, que é exercido pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) (Artigos 292-298). Neste, a sociedade civil, passou a ter o poder de postular-se como membros do CNE; a utilização de plebiscitos e referendos; a garantia de participação popular no procedimento de seleção e designação de juízes e juízas (artigo 255-265); e a garantia de que os povos indígenas da Venezuela poderão eleger três deputados (as) de acordo com o estabelecido na lei eleitoral, respeitando suas tradições e costumes (artigo 186) (VENEZUELA, 1999).

A participação apareceu como tema na agenda política dos três governos de esquerda aqui analisados. A atuação da esquerda no Brasil e a implementação de políticas participativas já se destacavam nas administrações locais, especialmente com a implementação dos Orçamentos Participativos. Com a ascensão de Lula em 2002, tais políticas foram ampliadas e reforçadas, como nos casos dos conselhos e conferências nacionais (AVRITZER, 2009). A quantidade de políticas federais (determinadas em função de decretos presidenciais) destinadas às minorias foi proeminente no governo petista (POGREBINSCHI, 2013).

No Chile, o primeiro mandato de Bachelet (2006-2010) significou mais do mesmo em relação aos governos anteriores. Embora com um alto grau de institucionalidade e um Estado de direito consolidado, bem como, um sistema econômico estável, o mesmo não superou o déficit em relação a *accountability* e a participação. Além disso, ao manter resquícios do período autoritário nas regras do jogo, o primeiro mandato de Bachelet se caracterizou pela presença de um sistema eleitoral que gera pouca competição e desincentiva a participação, perpetuando os oligopólios políticos (ALTMAN, 2006). Bachelet teve pouco espaço para implementar políticas mais ousadas. Isto, porque, o equilíbrio de forças políticas, conformando assim um sistema de vetos, é, precisamente, o que em última instância tem tornado os canais ordinários incapazes de representar e processar o tipo de interesses e questões que agitam os setores mobilizados, como é o caso dos estudantes chilenos (PINTO y FLISFISCH, 2011:157).

Segundo Avritzer (2009), tanto no caso chileno como no caso brasileiro existem conflitos entre os níveis de participação e os órgãos de representação, contudo, os

conflitos não conduzem para a desintegração das formas de representação, mas sim, para apontar soluções que pode ser mais favorável aos agentes sociais, como é o caso do Brasil, ou em nome de órgãos estaduais, como é o caso do Chile.

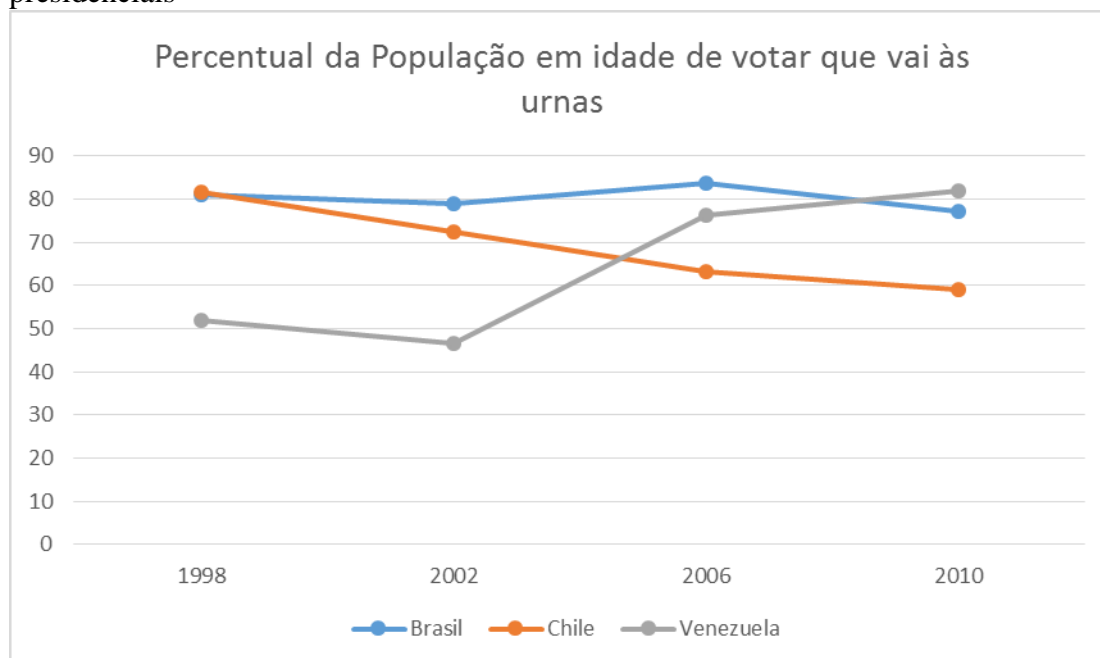
No que se refere a esquerda na Venezuela se observa mudanças mais profundas. Além da ampliação de mecanismos participativos e de controle social (artigo 184) contidos na Constituição, Chávez criou em 2006 o “Parlamento de *Calle*” com o objetivo de promover a discussão dos projetos de lei em assembleias organizadas pela Assembleia Nacional. Neste mesmo ano, o governo implementou a *Lei dos Conselhos Comunais*, regulamentando, desta forma, os Conselhos Comunais, (LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES, 2006). Segundo Braga e Amaral (2013), verifica-se um alto nível de participação nos Conselhos Comunais, tanto em 2007 quanto em 2010.

Como podemos observar os três casos configuram governos de esquerda distintos. Mas podemos afirmar que os mesmos impactam na forma como vai haver maior ou menor grau de apropriação das dinâmicas participativas? Para responder a esta pergunta, analisamos os casos brasileiro, chileno e venezuelano a partir de seis indicadores (Quadro 1) com base em Diamond e Morlino (2004) e Levine e Molina (2007; 2011).

1) Participação Eleitoral

A participação eleitoral é medida pela porcentagem da população em idade de votar que vai às urnas. No gráfico 1, podemos verificar o comparecimento da população às urnas nos processos eleitorais para eleição do executivo entre 1998 e 2010.

Gráfico 1. Taxa de Comparecimento sobre o total da população apta nas eleições presidenciais



Fonte: Braga e Amaral, 2013, International Idea;

Observa-se um aumento significativo da participação eleitoral no governo Chávez a partir de 2002, atingindo mais de 80% em 2010. O Chile, ao contrário, apresentou diminuição significativa na participação eleitoral. Nas eleições presidenciais que levaram Bachelet ao poder, a taxa de comparecimento da população apta a votar foi

de 63,3%. Nas eleições de 2010, essa taxa caiu para 59,1. Segundo Altman (2006), essa falta de adesão da população chilena à participação nas eleições se deve ao sistema de registro eleitoral que até então era voluntário e ao sistema binominal que reduz o peso do voto.

No Brasil a taxa de participação eleitoral permaneceu quase que inalterada, apresentando altas taxas de comparecimento da população nas eleições presidenciais, mesmo quando houve redução da mesma. No primeiro mandato do presidente Lula a taxa de participação eleitoral aumentou de 79,1 (2002) para 83,6 (2006). Ao final do seu mandato de 2010, houve uma queda desta taxa para 77,3.

2) Oportunidades para votar

Oportunidades efetivas para votar se refere a barreiras reduzidas e a maior facilidade de acesso ao registro de votação, ao grande número e variedade de locais abertos à eleição, e as possibilidades de voto. Levine e Molina (2011) utilizam como indicador: o número de oportunidades de votação que a população há tido em um período determinado;

Os três países utilizam eleições presidenciais, eleições parlamentares (Brasil e Chile – Bicameral; Venezuela – Unicameral), eleições regionais e eleições municipais. O diferencial entre os três países está nas consultas populares (em âmbito nacional). No Brasil houve apenas uma consulta popular durante o governo Lula, realizada no ano de 2005 que questionava a população sobre a proibição no Brasil do comércio de armas de fogo e munição. Na Venezuela, a utilização de referendos durante o governo Chávez demonstrou um aumento significativo no que se refere ao número de oportunidades que a população possui na tomada de decisões através do voto. Foram cinco consultas populares durante o período Chávez: consulta para convocar uma Assembleia Constituinte e; para a aprovação da Constituição (1999); referendo proposto pela iniciativa popular para a revogação do mandato presidencial (2004); referendo para a aprovação de reforma constitucional (2007) e; referendo para aprovação de ementa constitucional (2009). O Chile após o plebiscito de 1988 que levou ao fim da ditadura Pinochet, não realizou mais nenhuma consulta popular, para além das eleições formais, em âmbito nacional.

3) Representatividade das Instituições

A representatividade das instituições é medida pela proporcionalidade da representação dos partidos e de gênero na cadeira legislativa. O grau de desproporcionalidade nos permite avaliar a distorção presente na relação voto e cadeira no legislativo.

Tabela 2: Grau de desproporcionalidade do Sistema Eleitoral

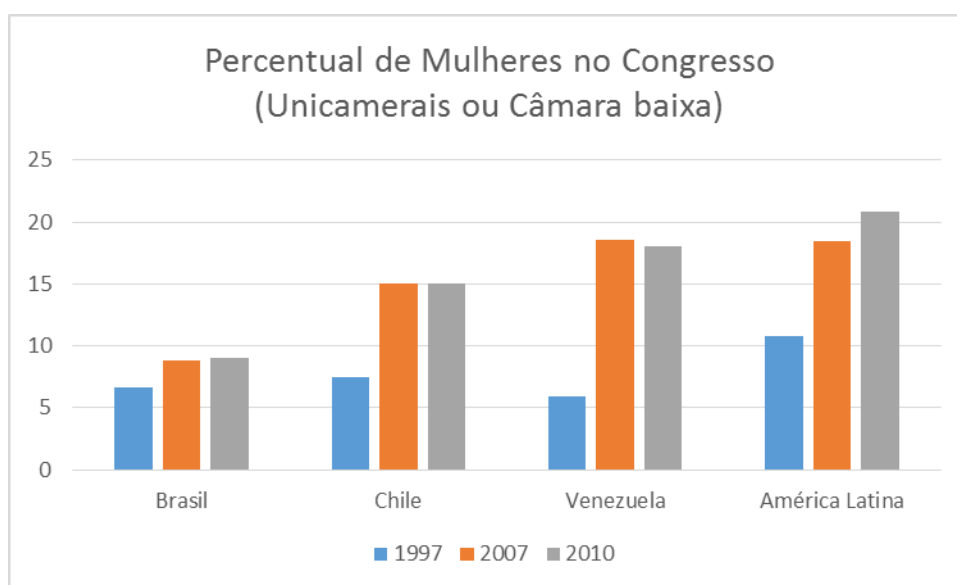
	Eleições de 2001/2002	Eleições 2005/2006
Brasil	4,86	3,12
Chile	7,85	8,1
Venezuela	6,57	14,85

Fonte: <http://americo.usal.es/oir/opal/indicadores.htm>

Nas eleições ocorridas em 2005 ou 2006, percebemos um alto índice de desproporcionalidade na Venezuela, comparado ao Brasil e Chile. Esse alto grau de desproporcionalidade, no caso venezuelano, se deve ao sistema de partidos frágil e intensa polarização política presente no país. Já o Chile e o Brasil apresentam sistemas partidários consolidados e institucionalizados. No que se refere à presença de distorção do voto-executivo dos casos analisados podemos verificar que a regra eleitoral para eleição presidencial pode influenciar nesta distorção. No caso do Brasil e do Chile os presidentes são eleitos por maioria absoluta. No caso da Venezuela o presidente é eleito por maioria relativa. Neste caso, a regra (vence quem tem o maior número de votos) pode levar a resultados indesejáveis, pois a maioria relativa favorece os partidos maiores, induzindo os partidos pequenos a formarem coalizões antes das eleições. Vale ressaltar que ao verificar os resultados eleitorais das eleições presidenciais venezuelanas de 1999, 2000 e de 2006 em que Chávez saiu vitorioso, a diferença entre o primeiro e o segundo colocado foram com mais de 15%. No México, em que o presidente também é eleito por maioria relativa, a diferença entre o primeiro e o segundo colocado nas eleições presidenciais de 2000 foi de 6,42% e nas eleições de 2006 a diferença foi de 0,56% o que mostra visivelmente uma grave distorção do voto para executivo.

No que se refere a proporcionalidade da representação de gênero nas cadeiras legislativa podemos perceber que a presença das mulheres no congresso dos países latino-americanos ainda é muito baixa (Gráfico 2).

Gráfico 2. Percentual de Mulheres no Congresso (Câmara Baixa ou Unicameral)



Fonte: IDEA-Internacional

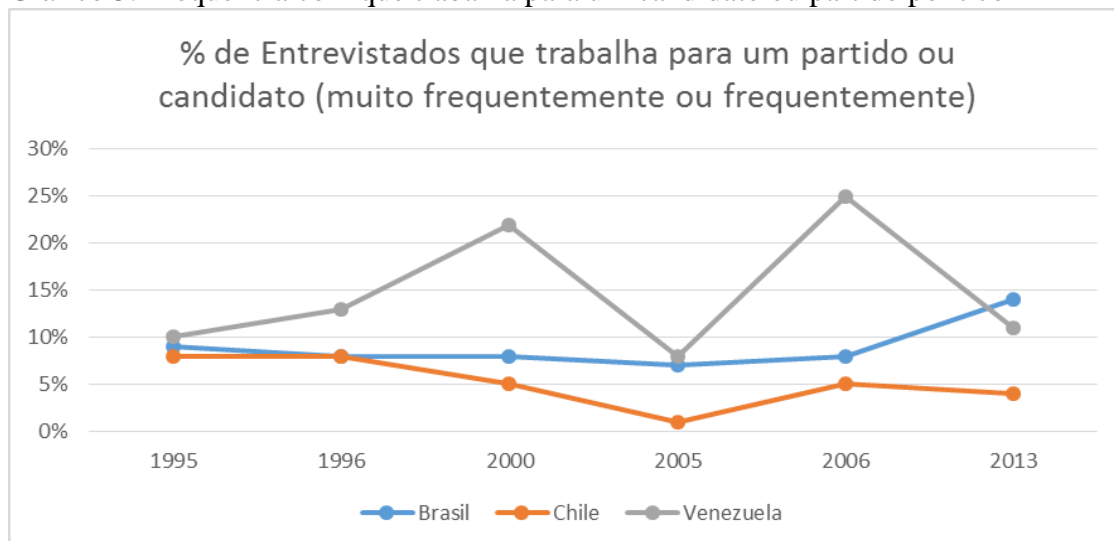
Como podemos observar no gráfico a média de mulheres na câmara baixa na América Latina em 1997 era de 10,8%. Neste ano apenas Argentina e Costa Rica superavam os 15% de representação. Brasil, Chile e Venezuela não chegaram aos 10%. Contudo, não se pode negar uma evolução da representação das mulheres no congresso entre 1997 e 2007. Tal evolução tem como um dos fatores explicativos, a lei de cotas adotada por 11 países latino-americanos (Argentina, Costa Rica, México, Paraguai, Bolívia, Brasil, Equador, Panamá, Peru, República Dominicana e Honduras). Todavia, o percentual de mulheres presente no congresso está ainda longe de obter a paridade entre homens e mulheres na representação. Dos países latino-americanos apenas três

alcançaram em torno de 30% de representação feminina no congresso em 2007 (Argentina com 38,3%; Costa Rica com 36,8% e Peru com 29,2%). O Brasil, juntamente com a Colômbia apresentam uma das piores taxas com 8,8% e 8,4% respectivamente. O baixo nível de inclusão das mulheres no congresso brasileiro, demonstrou que a lei de cotas não teve impacto no número de mulheres eleitas para a Câmara Baixa. A taxa de representação feminina no congresso chileno subiu de 7,5 em 1997 para 15% em 2007. No entanto, ainda é muita baixa para o padrão desejável. Em 2010 o percentual de mulheres no congresso dos países analisados, permaneceu quase que inalterado (IDEA Internacional, 2008).

4) Participação em Organizações

Levine e Molina (2011) utiliza como indicador para medir a participação em organizações uma questão do Latinobarómetro: "Com que frequência você faz uma das seguintes opções: trabalhar para um candidato ou partido político: muito frequentemente, frequentemente, quase nunca, nunca. O gráfico 3 demonstra o percentual de entrevistados que responderam muito frequentemente ou frequentemente.

Gráfico 3: Frequência com que trabalha para um candidato ou partido político¹¹



Fonte: Latinobarómetro

A Venezuela apresenta um nível maior de participação, especialmente em 2000, com 22% dos que responderam trabalhar frequentemente para um candidato ou partido e em 2006 com 25%. A participação no Brasil obteve uma média de 8% entre 1995 e 2006, subindo para 14% em 2013. O Chile, por sua vez, apresentou índices muito baixo. Durante o mandato de Bachelet a média foi de 4,5%.

Além da questão do Latinobarómetro, Braga e Amaral (2013) com base no banco de dados do LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*) apresentam dados sobre a participação em reuniões de comitês e associações de bairro, movimentos e partidos políticos (pelo menos uma vez ao ano). Os dados apontados pelos autores demonstram uma maior participação na Venezuela. A média dos entrevistados venezuelanos que responderam participar de reuniões de comitês e associações de bairro

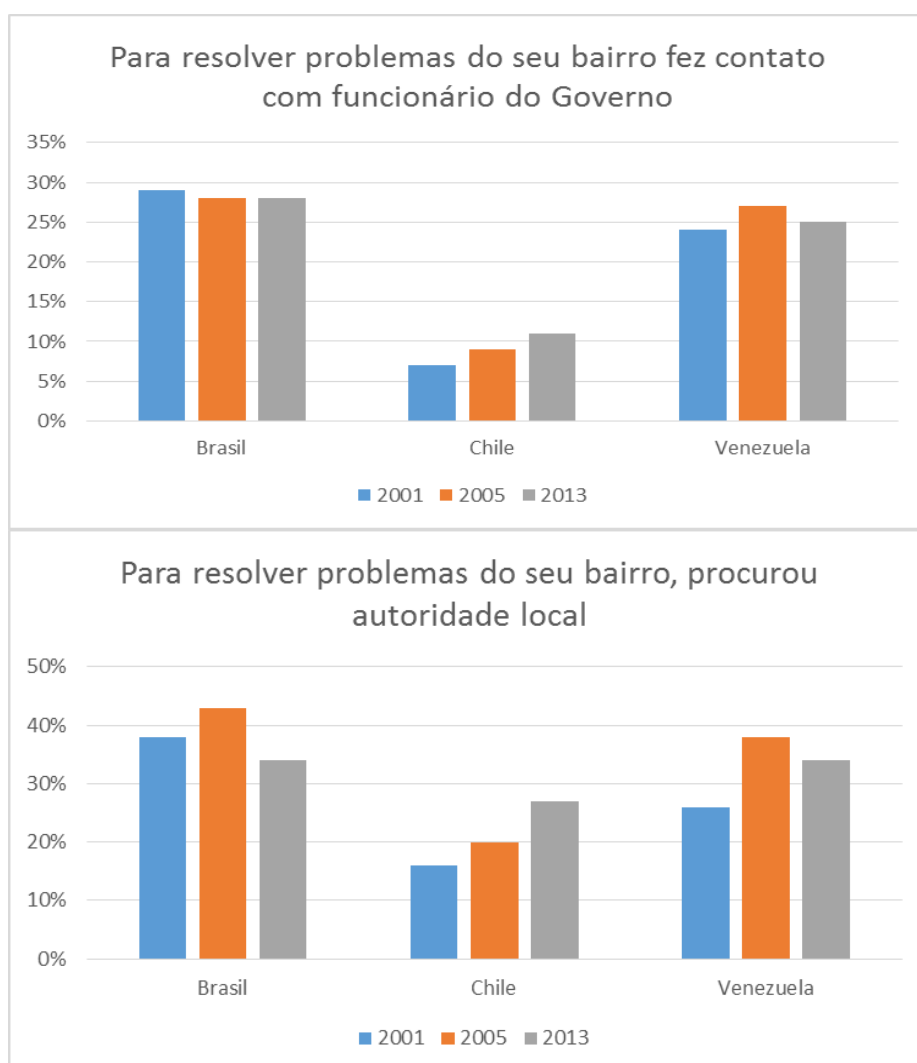
¹¹ Os valores correspondem aos entrevistados que responderam muito frequentemente ou frequentemente.

nos anos de 2007, 2008 e 2010 foi em torno de 35,2%. No Brasil essa média foi de 16,1% e no Chile a média foi de 21%. Já no que se refere a participação em reuniões de movimentos ou partidos para os mesmos anos o índice é menor nos três países. No entanto, na Venezuela essa participação também é maior comparado ao Chile e Brasil, com uma média de 13,7%. No Brasil a média foi de 8,9% e o Chile apresentou a menor taxa de participação com 3,5%.

5) Comunicação com os representantes eleitos e outros titulares de cargos

Para avaliar a comunicação da população com os representantes eleitos utilizamos as questões do Latinobarómetro: Para resolver problemas em seu bairro: você contactou uma Autoridade Local ou Funcionário do Governo?

Gráfico 4. Percentual de entrevistados que para resolver problemas do seu bairro já procuraram Funcionário do Governo ou Autoridade Local



Fonte: Latinobarómetro

A comunicação com funcionários do governo e autoridades locais, como podemos observar no gráfico 4, é mais comum no Brasil e na Venezuela do que no

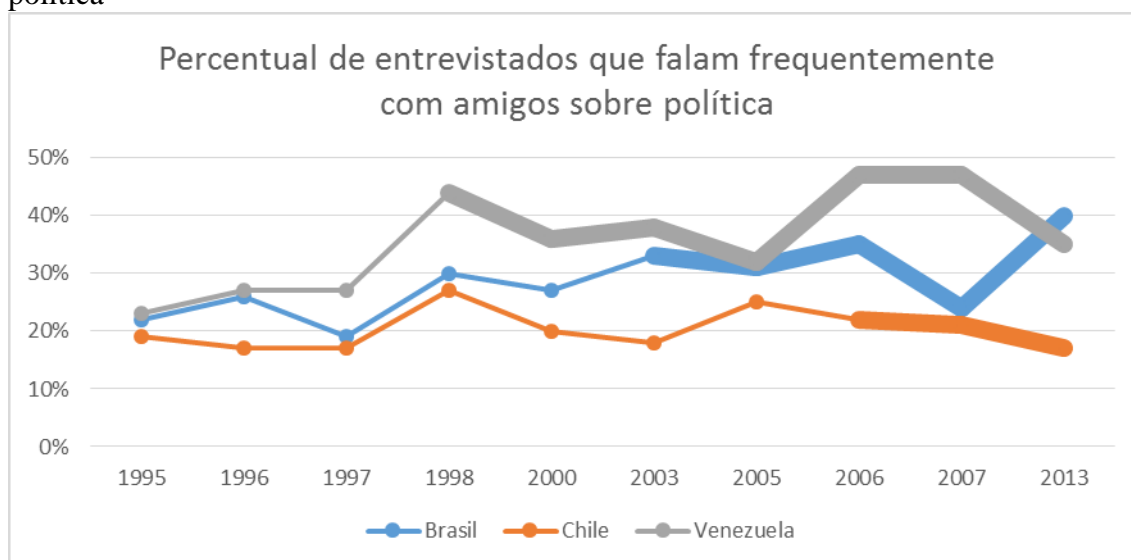
Chile. A distância entre representante e representado pode demonstrar uma deficiência no que se refere ao controle cidadão sobre a representação.

6) Medida em que os cidadãos se expressam sobre questões públicas

Diamond e Morlino (2004), utiliza como indicador a questão do Latinobarómetro: Frequência com que se fala de política com os amigos. Além deste indicador, utilizamos também o Interesse pela Política (O quanto você está interessado na política?). Esse índice busca complementar o proposto por Diamond e Morlino, pois não necessariamente podemos afirmar que aqueles que não falam de política com os amigos são desinteressados pela política.

Ao analisar o gráfico 5 e 6, podemos perceber que o Chile apresenta as menores taxas dos entrevistados que responderam que falam de política com os amigos e daqueles que se interessam pela política. No segundo mandato de Lula no Brasil, o percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política caiu de 35% em 2006 para 24% em 2007. Já o percentual daqueles que responderam que se interessam pela política aumentou de 20% em 2007 para 35% em 2010.

Gráfico 5: Percentual de entrevistados que falam frequentemente com os amigos sobre política¹²

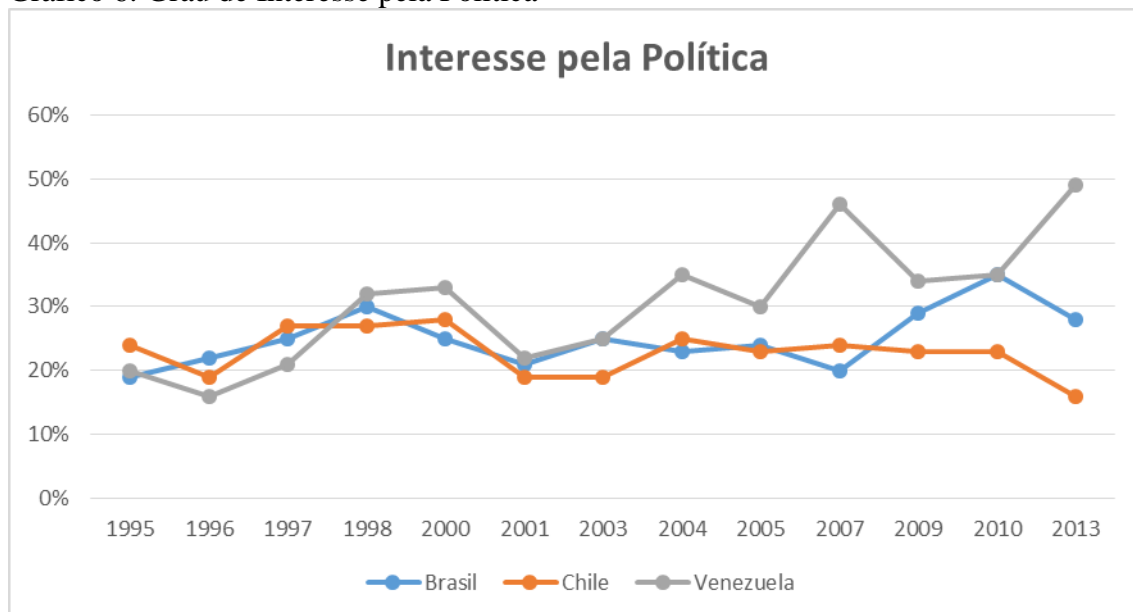


Fonte: Latinobarómetro

A Venezuela, apresenta um nível maior de comunicação da população sobre questões políticas, apresentando uma redução entre 2007 e 2013 do percentual de entrevistados que falam de política com os amigos de 47% para 35%. Já em relação ao percentual de entrevistados que responderam que se interessam pela política apresentou um aumento de 35% em 2010 para 49% em 2013.

¹² O percentual corresponde aos entrevistados que responderam muito frequentemente ou frequentemente.

Gráfico 6: Grau de Interesse pela Política¹³



Fonte: Latinobarómetro

De acordo com o informe do Latinobarómetro de 2013, o interesse pela política se distribui de forma muito desigual na região, sendo 49% na Venezuela e 17% no Chile. O Brasil aparece com 28%, estando na média da região.

Em suma, os dados demonstram que houve maior grau de apropriação das dinâmicas participativas na Venezuela, seguida do Brasil. O Chile, por sua vez, apresentou déficit significativo no que se refere a participação.

Vale ressaltar que o presente trabalho não teve como objetivo avaliar a qualidade da participação nos respectivos países. Embora, Lissidini (2011) chama a atenção para o perigo do uso plebiscitário das consultas populares, o aumento da inclusão, dos mecanismos de participação e de democracia direta podem intensificar a participação da população e torná-la mais ativa na busca de uma democracia de melhor qualidade.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distinção do governo Chávez na Venezuela, do governo Lula no Brasil e do governo de Bachelet no Chile a partir de três projetos políticos o de “rupturas”, o “moderado” e o de “continuidades” (respectivamente), tem relação não só com os projetos políticos adotados pelos mesmos, como também no impacto destes governos no que se refere ao maior ou menor grau de participação. Os três governos foram eleitos com propostas de governos mais inclusivos e/ou participativos. O caso do governo Chávez, apontado neste trabalho como o projeto político de rupturas, se caracterizou por um cenário de crise do sistema de partidos e refundação do Estado através de uma nova constituição. Neste, a representatividade dos partidos é débil. No entanto, o nível de participação e inclusão (participação eleitoral; oportunidades para votar;

¹³ Os valores correspondem a porcentagem dos entrevistados que responderam que são muito interessados ou interessados pela política.

representatividade das mulheres no congresso; participação nas organizações, interesse pela política) foi maior comparado ao Brasil e ao Chile.

No caso brasileiro, durante o governo Lula (projeto político moderado) também houve avanços significativos no que se refere à dimensão de participação, especialmente com a experiência dos orçamentos participativos e das conferências nacionais nas mais variadas áreas de políticas públicas. O Brasil, durante o governo Lula (especialmente no segundo mandato), obteve destaque no que se refere a participação eleitoral; a representatividade dos partidos; ao aumento da participação nas organizações e do interesse pela política. No entanto, o Brasil apresentou as piores taxas em relação a presença de mulheres no congresso. O caso chileno apresenta uma complexidade frente à coalizão em que a esquerda de Bachelet se insere e, portanto, é um caso que precisa ser cuidadosamente estudado, para apreender o espaço que essa esquerda possui de fato para a elaboração das políticas públicas. O fato é que o primeiro mandato de Bachelet (projeto político de continuidades) manteve o sistema binominal da era ditatorial de Pinochet, o que desfavorece a participação. No que se refere aos dados apresentados o caso chileno foi o que apresentou o menor nível de participação.

Em suma, os dados nos levam a afirmar que os distintos governos de esquerda (o de rupturas, o moderado e o de continuidades impactam na forma como vai haver maior ou menor grau de apropriação das dinâmicas participativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, David (2006). Continuidades, Cambios y Desafios Democráticos em Chile (2006-2009). *Colombia Internacional*, n° 64, jul - dic 2006, p. 12 – 33.

ALTMAN, David e PÉREZ-LIÑAN, Aníbal (1999). Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in Eighteen Latin American Countries. *Democratization*, Vol.9, No.2, Summer 2002, Published by Frank Cass, London, pp.85–100.

ARDITI, Benjamin (2009). El giro a la izquierda en América Latina: una política post-liberal? *Ciências Sociais Unisinos*, 45 (3), p.232-246, setembro/dezembro.

AVRITZER, Leonardo (2009). La nueva izquierda, la crisis de representación y la participación social en América Latina. In: *La “Nueva Izquierda” en América Latina: Derechos Humanos, Participación Política y Sociedad Civil*. The Woodrow Wilson International Center for Scholars. Washington, DC.

BRAGA, Maria do Socorro S. e AMARAL, Oswaldo E. do (2013). Participação e Competição nos governos de esquerda em países da América Latina: os casos do Brasil, Chile, Bolívia e Venezuela. *VII Congresso Latino-americano de Ciência Política*, Universidade dos Andes de Bogotá.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e AMARAL, Oswaldo E. do (2012). Governos de esquerda e a Qualidade da democracia na América Latina: Notas de pesquisa. 36° *Encontro Anual da Anpocs*, Águas de Lindóia.

BOBBIO, Norberto (2011). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP.

CASTAÑEDA, Jorge (2006). Latin America’s left turn. *Foreign Affairs*, may/june.

CLEARY, Matthew R (2006). A “Left Turn” in Latin America? Explaining the left’s resurgence. *Journal of Democracy*, Volume 17, Number 4 October.

DAHL, Robert. (2005) A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: USP.

DIAMOND, Larry e MORLINO, Leonardo (2004). The Quality of Democracy. *Center on Democracy, Development and the Rule of Law (CDDRL)*. Number 20, 21 September.

HAGOPIAN, Frances (2005). Derechos, representación y la creciente calidad de la democracia en Brasil y Chile. *Política y Gobierno*, v. XII, n° 1, p.41-90.

LACLAU, Ernesto (2006). “La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana” en *Nueva Sociedad* (Caracas) N° 205.

IDEA Internacional (2008). *30 años de democracia: en la cresta de la ola? Participación política de la mujer en América Latina*. Co-autoras: Beatriz Llanos y Kristen Sample. Peru: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.

LANZARO, Jorge (2009). La socialdemocracia criolla. *Análise de Conjuntura*, OPSA, n° 3.

LATINOBARÓMETRO (2013). *Informe 2013*. Banco de datos en línea. Santiago de Chile.

Levine, D. H. e Molina, J. E. (2011). *The Quality of Democracy in Latin America*. London: Lynne Rienner Publishers.

LEVINE, Daniel H. e MOLINA, José Enrique (2007). La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. *América Latina Hoy*, abril, no. 45. Universidad de Salamanca, España, p 17-46.

LEVITSKY, S. y ROBERTS, K. (2011). *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: John Hopkins University Press.

LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES (2006). *Colección Textos Legislativos*. MINCI: Caracas-Venezuela.

LISSIDINI, Alicia (2011). *Democracia directa en Latinoamérica: Entre la delegación y la participación*. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

MARTINEZ, Carlos (2008). “Desarrollo, integración, geopolítica y energía en América del Sur”. *Proyecto Desarrollo e Integración Energética en América Latina*. Bogotá.

MIRES, Fernando (2008). Socialismo Nacional versus Democracia Social. Una Breve revisión histórica. *Nueva Sociedad*, n° 217.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2002). As Políticas Neoliberais e a Crise na América do Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* 45 (2): 135-146.

MOREIRA, Constanza (2006). Sistemas de Partidos, Alternancia Política e Ideología en el Cono Sur (Argentina, Brasil, Chile y Uruguay). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, n°15, pp. 31-56.

MORLINO, Leonardo (2010). Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISÉS, José Álvaro (Org). *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MUNCK, Gerardo L. (2011). La medición de la democracia: enmarcando un debate necesario. *REVISTA LATINOAMERICANA DE POLÍTICA COMPARADA*. CELAEP • ISSN: 1390-4248 • Vol. No. 4 • pp. 11-21.

NATANSON, José (2009). *La nueva izquierda*. Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay y Ecuador. Buenos Aires: Debate.

PACHANO, Simón (2011). *Calidad de la democracia e instituciones políticas en Bolivia, Ecuador y Perú*. Quito: FLACSO, Sede Ecuador.

PANIZZA, Francisco (2006). La marea rosa. *Análise de Conjuntura*, OPISA, n°8.

PANIZZA, Francisco (2009). Nuevas izquierdas y democracia en América Latina. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, núm. 85-86, p. 75-88.

PATEMAN, Carole (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PETKOFF, Teodoro (2005). *Dos izquierdas*. Caracas: Alfadil.

PINTO, Álvaro y FLISFISCH, Ángel (2011). *El Estado de Ciudadanía: transformaciones, logros y desafíos del Estado en América Latina en el siglo XXI*. 1a ed. - Buenos Aires: Sudamericana.

POGREBINSCHI, Thamy (2013). El giro pragmático de la democracia en América Latina. *Nueva Sociedad*, Argentina: Fundación Friedrich Ebert.

ROBERTS, Kenneth M. (2008). "Es posible una socialdemocracia en América Latina?". In: *Nueva Sociedad*, n. 217.

REID, Michael (2007). *Forgotten Continent: The Battle for Latin America's Soul*. New Haven: Yale Univ. Press.

SADER, Emir (2009). *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo.

SILVA, Fabrício Pereira da (2009). *Vitórias na crise. Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Tese de Doutorado (Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro.

Urbinati, Nadia (2010). Representação como Advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. *Política & Sociedade*, Volume 9, N°16, abril.

VENEZUELA, Constitución (1999). *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Asamblea Nacional Constituyente, Caracas: MINCI.

WEYLAND, Kurt. The rise of Latin America's two lefts: Insights from rentier state theory. *Comparative Politics*, New York, v. 41, n. 2, p. 145-164, 2009.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl; HUNTER, Wendy (Ed.) (2010). *Leftists Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.